

Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA / *Whiteness, Discourse and Representation of Black Women in the Academic Environment of the Federal University of Bahia*

Daniele de Oliveira*
Viviane de Melo Resende**

RESUMO

As elites simbólicas perpetuam as formas mais importantes de racismo, o que aponta a importância de nos dedicarmos à análise de como discursos racistas são construídos, com foco específico no discurso da elite branca e, neste trabalho, da branquitude soteropolitana conforme plasmada por estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para tanto, reunimos dados, gerados na UFBA, oriundos de questionários abertos e grupo focal com estudantes de graduação. Nesta análise discursiva crítica (ADC), utilizamos recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual se investigou a percepção da branquitude por discentes autodeclarados/as brancos/as da UFBA. Nossa análise sugere que a percepção do privilégio branco, mesmo quando afirmada, é permeada de ideias que podem fundamentar práticas e/ou discursos racistas, e que a representação de mulheres negras ainda é calcada em estereótipos socialmente construídos numa sociedade fortemente racista como a nossa.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos críticos do discurso; Pesquisa qualitativa; Branquitude; Racialidade; Interseccionalidade

ABSTRACT

Symbolic elites perpetuate the most critical forms of racism, which points to the importance of the analysis of how racist discourses are constructed, with a specific focus on the white elite. In this paper, the focus is Bahia's capital whiteness as shaped by students at the Federal University of Bahia (UFBA). For this, we gathered data, generated at UFBA, from open questionnaires and a focus group with undergraduate students. For this critical discursive analysis (CDA), we used a section of a broader research, in which the perception of whiteness by self-declared white students from UFBA was investigated. Our analysis suggests that the understanding of white privilege is permeated with ideas that can support racist practices and discourses, and that the representation of black women is still based on socially constructed stereotypes in an actively racist society such as ours.

KEYWORDS: Critical discourse studies; Qualitative research; Whiteness; Raciality; Intersectionality

* Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto de Letras, *Campus Ondina*, Salvador, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-7721-0901>; danieleoliveira99@gmail.com

** Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, *Campus Universitário Darcy Ribeiro*, Brasília, Distrito Federal, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>; resende.v.melo@gmail.com

Introdução

Aprende-se a ser racista a partir do contexto no qual se está inserida, família, escola, mídia etc., e, portanto, parece óbvio afirmar que não se trata de característica inata de nenhuma população humana, mas de conteúdo/comportamento culturalmente aprendido e ensinado. No entanto, van Dijk (2008) ressalta que tal processo não é automático nem determinante, já que é possível questionar as ideologias às quais se está exposto/a e, conseqüentemente, construir opiniões diferentes ou ideologias alternativas.

Ideologias são tanto aprendidas quanto questionadas por meio do discurso. Pode-se dizer que, no Brasil, o discurso dominante é essencialmente branco, difundido pelas elites simbólicas, tais como jornalistas, políticos/as, pesquisadores/as. Para van Dijk (2008), as elites simbólicas brancas constituem e perpetuam a forma mais importante de racismo atualmente. Tal compreensão aponta a pertinência de nos dedicarmos à análise de como discursos racistas são construídos, com foco específico no discurso da elite branca e, no caso deste artigo, da branquitude soteropolitana conforme plasmada em parte específica da comunidade acadêmica discente da Universidade Federal da Bahia (UFBA).¹

Considerando que as universidades públicas brasileiras têm sido, nos anos recentes, construídas como espaço de discussões e de respeito à (e convívio com a) diversidade, o corpo discente de uma grande universidade pública brasileira, exposto a tal diversidade, estaria pronto a resistir aos apelos ideológicos de discursos racistas?

Ressaltamos que a UFBA está localizada em Salvador (BA), a cidade percentualmente mais negra do Brasil. Há que se considerar também que a UFBA hoje tem em seu corpo discente um reflexo da população baiana em termos raciais. Entre discentes da UFBA, 75,6% são negros/as, pardos/as ou indígenas;² e a Bahia possui 76,7% de população negra, parda ou indígena³. Dito de outra forma, estudantes da UFBA, de fato, convivem com a diversidade racial baiana. Mas é fato também que ainda há cursos majoritariamente brancos,

¹ Este artigo é parte de pesquisa em cooperação, resultante do estágio pós-doutoral da professora Daniele de Oliveira, da UFBA, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

² V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES 2018 (ANDIFES).

³ PNAD/IBGE 2018.

como Medicina, Direito e Comunicação, bem como há cursos, como o Bacharelado Interdisciplinar, nos quais essa diversidade é ainda mais próxima da realidade baiana.

Estudantes da UFBA têm acesso também a discussões sobre a temática das relações raciais no Brasil e sobre o racismo por meio de rodas de conversa, palestras, congressos e outros tipos de eventos acadêmicos que acontecem com regularidade na universidade. Podemos citar como exemplo o VII Congresso de Pesquisadores Negros, que aconteceu em julho de 2019, no *campus* de Ondina, e mostrou a vasta e consistente produção de pesquisadores/as negros/as de diversas partes do Brasil.

Neste artigo, nosso objetivo é, pois, investigar como estudantes brancos/as da UFBA constroem imagens de mulheres negras por meio dos recursos do discurso. Para tanto, na seção 1, partiremos de algumas considerações sobre ser mulher negra no Brasil de hoje e no Brasil colonial, tendo em vista que o presente, nesse caso, ecoa o passado no que se refere ao lugar social das mulheres negras; na segunda seção, discutiremos como o conceito de branquitude vem sendo construído no âmbito das ciências humanas; em seguida, na seção 3, apontaremos o arcabouço teórico-metodológico dos estudos críticos do discurso acionados para nossa pesquisa, e, por fim, na quarta e última seção deste artigo, faremos a análise dos dados gerados para a pesquisa.

1 Violência contra mulheres negras no Brasil

Apontando uma lacuna, Angela Davis (2016) ressalta a importância de estudos históricos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, o que, para a autora, poderia esclarecer não só a atual luta das mulheres negras, bem como a busca por emancipação de todas as mulheres. Evidentemente, Davis (2016) se refere à escravização de mulheres negras nos Estados Unidos, mas, a despeito das diferenças, há também semelhanças em relação à escravidão brasileira, mais especificamente no que se refere à escravização de mulheres negras no Brasil.

Giacomini (1988) também discute os papéis sociais e sexuais de mulheres negras escravizadas⁴ no Brasil, assumindo como Davis a necessidade da compreensão histórica para olhar o presente das mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea. A autora ressalta a importância de se considerar, além do gênero, a classe social historicamente determinada, especialmente a *das mulheres trabalhadoras e negras*. A autora já aponta, portanto, a necessidade de se considerar a interseccionalidade, conceito posteriormente desenvolvido de modo mais detido por Akotirene (2018), que o retoma de Crenshaw, Hill Collins e outras feministas negras.

A condição de mulheres negras escravizadas era de “coisa”, de propriedade do senhor. No entanto, em comparação com a condição masculina, mulheres negras escravizadas tinham “a particularidade advinda do fato de ser mulher, isto é, ocupar um papel privilegiado (*sic*) na reprodução biológica” (GIACOMINI, 1988, p.24). O que não a isentou de seu papel produtivo de pessoa escravizada, mas adicionou à sua situação a particularidade do gênero, na interseccionalidade definida pela opressão da escravização. Ou seja, no caso das mulheres negras escravizadas, além da exploração decorrente da condição social de exploração, somavam-se outras formas de violência.

Por exemplo, como consequência de uma lógica patriarcal e escravista, efetivamente o contexto material e simbólico encontrado na colônia, mulheres negras escravizadas eram exploradas sexualmente por seu senhor, o que era “justificado” por seus atributos físicos. Essa “justificativa” revela que a prática da culpabilização da vítima de um crime (VAN DIJK, 2008) não é prática recente no discurso opressor, e aponta as histórias de violência ocultas por trás da celebrada miscigenação do povo brasileiro. E, como se não bastasse, mulheres negras escravizadas eram ainda vítimas do ciúme das senhoras, capazes de “torturas, amputações e todo tipo de violências” (GIACOMINI, 1988, p.68) contra mulheres negras escravizadas que atraíssem a atenção do senhor, como lembrou Nogueira (2019) acerca da Máscara de Flandres.

A respeito da dispersão deste passado no presente, Giacomini (1988) ainda sustenta que

⁴ Embora Giacomini (1988) utilize o termo *escrava*, optamos por *escravizada* por entender que não existem povos escravos e, sim, escravizados.

a escravidão acabou, mas a presença de suas heranças no bojo de relações burguesas e capitalistas manifesta uma vez mais essa imensa capacidade que têm as classes dominantes, de todos os períodos históricos, de incorporar, até onde for possível, aos privilégios que lhes são próprios os privilégios de grupos dominantes anteriores (p.89).

É impossível não estabelecermos uma relação entre a condição das mulheres negras escravizadas do período colonial e as mulheres negras contemporâneas assalariadas e, muitas vezes, ocupando posições subalternizadas, como de empregadas domésticas ou babás, heranças diretas das relações entre casa grande e senzala. Até hoje perdura no imaginário brasileiro a figura das “mães pretas”, cuidadoras em tempo integral, mulheres de papel tão relevante na manutenção das famílias da elite brasileira a que se reserva um lugar de ‘presença ausente’: estão na rotina diária e nos momentos de lazer, com seu uniforme como marcador social que delimita sua exclusão da família, em que pese o papel afetivo que seguramente têm na formação das crianças da elite branca.

A imagem de mulheres negras constantemente hipersexualizada, na mídia ou fora dela, é também continuação das práticas exploratórias de outrora, que ecoam insistentemente no presente. Por exemplo, até bem recentemente não causava escândalo que, a cada ano, na cobertura do Carnaval carioca, a mais prestigiada emissora de TV do país apresentasse uma mulher negra, cuidadosamente despida para a ocasião. Ribeiro (2016) aponta a relação entre a colonização e a cultura do estupro, tendo em vista que as mulheres negras têm sido não só duramente exploradas, mas também sexualizadas e objetificadas desde o período colonial brasileiro.

Obviamente, ao se construírem essas imagens e papéis racializados vinculados à negritude, no mesmo passo se sedimentam práticas e discursos de branquitude, comportamentos reproduzidos muitas vezes de forma inconsciente, mas que vão cristalizando entendimentos de como é ou deve ser entendido o mundo social.

2 Branquitude e discurso

É corriqueiro nos estudos críticos sobre as relações raciais que o objeto de estudo seja a população negra, mas a partir dos anos 1990 têm ganhado espaço estudos críticos sobre a branquitude, que enfim passa a ser objeto de reflexão no que diz respeito ao racismo. No mesmo movimento, pessoas brancas passam a ser compreendidas como também racializadas, pois herdam os privilégios de sua racialidade. Frankenberg (2004), por exemplo, localiza sua concepção de branquitude⁵ nas sociedades “estruturadas na dominação”. Trata-se, para a autora, de um lugar de construída neutralidade, por isso não nomeado, e tão pouco tendo sido objeto de reflexão. Dito de outra forma, a concepção de branquitude, para Frankenberg (2004), parte do significado de ser pessoa branca em uma comunidade racializada, “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (PIZA, 2007, p.71).

A concepção de Frankenberg (2004) norteia diversas pesquisas sobre a branquitude no Brasil (PIZA, 2005, 2007; CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2012, 2014, entre outras), postura que também adotamos por entendermos que a branquitude deve ser entendida como um lugar social no interior de uma sociedade hierarquicamente organizada a partir das raças. Fanon (2008) e Biko (1990) já discutiam essa identidade racial branca e seu papel fundamental nas relações raciais em sociedades racialmente estruturadas – assim como a sociedade brasileira, que embora não tenha sido foco do debate de nenhum dos dois, compartilha os traços de colonialidade com outros contextos de semelhantes histórias de opressão.

Os dois autores também jogaram luz sobre a subjetividade branca, ou seja, mostraram, cada um em seu contexto, que a colonização e o racismo produzem efeitos negativos não só para as pessoas negras, mas também para as brancas, embora a estratificação das populações com base em racialidade (QUIJANO, 2009; BERNARDINO-COSTA, GROSGOUEL,

⁵ No texto de Frankenberg (2004) o termo utilizado é branquitude para o que entendemos como branquitude. Na literatura específica encontram-se os dois usos.

2016) posicione essas populações em polos opostos de escassez e privilégio. De acordo com Biko (1990),

Não há nada de errado com os negros. O problema é o RACISMO BRANCO, e ele está bem no centro da sociedade branca. [...] Os brancos liberais precisam deixar que os negros cuidem dos próprios assuntos, enquanto eles devem se preocupar com o verdadeiro mal de nossa sociedade: o racismo branco (p.36; destaque do autor).

A discussão sobre as relações raciais precisa, portanto, incluir reflexão sobre a branquitude, bem como incluir as pessoas brancas nessa discussão, tendo em vista, evidentemente, seu lugar de fala (RIBEIRO, 2018). Essa necessidade é reivindicada por Biko (1990). Nos anos 1980, feministas negras estadunidenses também apontaram a lacuna de teorias feministas em relação a questões específicas das mulheres negras:

De modo geral, no movimento das mulheres de hoje, as mulheres brancas focalizam sua opressão como mulheres e ignoram as diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Há uma pretensão a uma homogeneidade coberta pela palavra *sororidade* que não existe de fato (LORDE, 2007, p.116).

Dessa forma, a autora reforça a ideia de que mulheres brancas devem ser identificadas em relação à sua branquitude, ou seja, em relação ao seu lugar social de brancas; ao mesmo tempo em que realça a importância da interseccionalidade de gênero e raça (além de preferência sexual e classe), tendo em vista que não é possível discutir a questão feminina negra sem considerar a fundamental influência de seu pertencimento racial. María Lugones (2008), feminista argentina que atua nos Estados Unidos, também discutiu a importância da interseccionalidade gênero e raça, que pode revelar aspectos não perceptíveis quando tais categorias são separadas, além de ressaltar que as mulheres negras só serão vistas por meio dessa interseccionalidade se ela for percebida como indissolúvel.

Nosso objetivo é, pois, investigar discursos de branquitude discente na UFBA, mais especificamente, como são representadas mulheres negras nesse contexto, considerado um grupo restrito de estudantes de um curso específico (ver a seguir). A relevância deste estudo reside na reflexão que aponta sobre o papel da branquitude na manutenção e na legitimação

de desigualdades raciais, e nas possíveis reflexões que pode engendrar, além de preencher uma lacuna nos estudos do discurso em relação ao discurso de branquitude dominante no Brasil. Nesse aspecto, este artigo é apenas o esforço inicial de um projeto mais amplo em nosso horizonte.

Tendo em vista que o conceito de raça, do ponto de vista biológico, não se sustenta, é imperativo (1) entender como pressupostos equivocados sustentam discursos e, conseqüentemente, práticas racistas (HALL, 2015). Além disso, é preciso (2) compreender os papéis da branquitude em estudos sobre racismo e relações raciais, uma vez que, de acordo com Schucman (2012), a maioria desses estudos são sobre negritude. É importante, pois, (3) compreender também *protagonistas de atitudes racistas* e, no caso de nosso campo de estudos, especialmente os discursos que estão por trás dessas atitudes.

3 Estudos críticos do discurso

Tendo em vista que estamos discutindo um problema social, o racismo, com o intuito de investigar se (e como) ele se manifesta no discurso da branquitude soteropolitana, consideramos que os estudos críticos do discurso oferecem um aparato teórico-metodológico pertinente para desenvolver nossos objetivos. Fairclough (2009) destaca quatro etapas para o desenvolvimento de pesquisas discursivas interdisciplinares, quais sejam: focar num problema social, em seu aspecto semiótico; identificar obstáculos para a solução desse problema social; considerar se a ordem social “precisa” desse problema social (sua função na prática) e identificar formas possíveis para sua superação.

O racismo é, indubitavelmente, um discurso que estrutura as sociedades (ALMEIDA, 2018) desde a colonial-modernidade. Certamente, a não percepção por pessoas brancas de seus privilégios oriundos da raça é um dos obstáculos a serem superados, talvez o primeiro deles, pois não é possível compreender os preconceitos sem se perceberem os privilégios – e discursos como o da meritocracia têm por base esse apagamento. Pode-se dizer também que a ordem social brasileira “precisa” do racismo para manter os privilégios da branquitude, ou seja, para manter a ficção de nossa aparente democracia racial, fundamental para a continuidade das práticas produtivas opressoras que sustentam nossa sociedade.

A perspectiva adotada por Fairclough (1989, 2008) considera a linguagem como parte indissociável de toda prática social, o que implica: i) a linguagem é parte constitutiva da sociedade; ii) a linguagem é um processo social; iii) a linguagem é um processo influenciado pelos aspectos não linguísticos da sociedade. Dessa forma, o autor destaca a relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, visão que não abandona em nenhuma de suas obras posteriores e que permanece central em seu pensamento. A relação íntima entre linguagem e sociedade também é basilar no trabalho de van Dijk (2009), que considera “estruturas sociais [...] associadas à produção discursiva”, processo que atribui à interface cognitiva, já que “usuários/as da língua, como membros de grupos sociais, *conhecem* essas estruturas e podem *pensar* nelas quando usam a língua”. Assim, no modelo teórico que propõe, é a atividade cognitiva que explica a interface linguagem-sociedade.

Entendemos que a abordagem cognitiva de um e relacional do outro não se contradizem. Para Fairclough (2003), estruturas sociais são entidades altamente abstratas, um potencial, um conjunto de possibilidades, como a própria linguagem. Nessa teoria social do discurso, a complexidade da relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece se delimita teoricamente como entidades organizacionais que estabelecem relações entre estruturas e eventos, ou seja, das *práticas sociais*, tais como lecionar ou administrar instituições educacionais, e das *ordens de discurso*, referentes à ordenação do potencial semiótico de uma determinada prática. Parece evidente que essa mediação não poderia prescindir de um aspecto sociocognitivo, de conhecimentos socialmente partilhados e utilizados para ordenar e compreender a ação no mundo.

Práticas sociais são, pois, formas de controle e ordenação das possibilidades estruturais, e incluem um aparato semiótico. Desse modo, determinadas estruturas são selecionadas (permitidas) e outras são excluídas (não permitidas). Uma professora não deve, por exemplo, emitir opiniões particulares sobre suas alunas na sala de aula, o que seria eticamente inaceitável. E uma jornalista não deve usar uma linguagem excessivamente coloquial em seus textos sob pena de perder credibilidade com seu público leitor.

A linguagem, portanto, pode ser entendida como um elemento do social em todos os níveis: toda língua é uma estrutura de significação; as ordens de discurso estão ordenadas nas práticas sociais; e os eventos sociais materializam esse potencial em textos. Por isso, ressalta

Fairclough (2003), os textos não devem ser entendidos apenas como efeitos das potencialidades disponibilizadas pela linguagem. Há que se reconhecer a existência e a influência das ordens do discurso, ou seja, das convenções subjacentes ao discurso.

Conceito recuperado de Foucault (1996), a *ordem do discurso* é definida por Fairclough (2003, p.25) como “uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos”. Nos discursos, gêneros e estilos, selecionam-se determinadas possibilidades da linguagem e excluem-se outras. Além disso, essas convenções e ordens do discurso incorporam ideologias específicas. Assim, as ordens do discurso organizam o social controlando a variabilidade linguística nas diversas áreas da vida social.

O conceito de ordem do discurso, proposto por Foucault (1996), é basilar para o modelo de análise discursiva de Fairclough. Considerando-se que o discurso é produto das práticas discursivas, ele é regulado, regulamentado; deve se submeter sempre à ordem do discurso (FOUCAULT, 1996), o que se fundamenta nas relações possíveis entre o discurso, os sujeitos, a história e as práticas discursivas.

Fairclough (1989) também destaca a relação entre discurso e poder, explicitando que tanto podemos nos referir à ordem do discurso de uma instituição social, cujas estruturas constituem discursos específicos, quanto à ordem do discurso da sociedade como um todo que, por sua vez, estrutura ordens do discurso de várias instituições de maneiras específicas. Dessa forma, o autor mostra que o poder também se dá na capacidade de controlar ordens do discurso, já que mudanças estruturais ocorrem por meio das mudanças nas relações de poder, seja na instituição social, seja na sociedade. Ressalta ainda que um dos aspectos desse controle é ideológico.

Resende (2018) retoma a abordagem crítico-realista para estudos discursivos de Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) para compor uma proposta teórica que incorpora a aprendizagem do pensamento decolonial, enfatizando as estruturas de raça e gênero, entre outras. A partir dos significados identificacionais do discurso, expressos e realizados em textos, é possível, neste nosso caso, investigar como se constroem identidades e identificações em textos, ao discutir identificações de mulheres negras em texto de discentes brancos/as da UFBA. Para tanto, serão acionadas algumas categorias discursivas, a saber: representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 2008) e avaliatividade

(MARTIN; ROSE, 2003), além de alguns recursos linguísticos de interpessoalidade (FUZER; CABRAL, 2014), com o intuito de investigar como representações de mulheres negras são construídas em discursos de branquitude entre discentes da UFBA.

4 Representações de discentes brancos da UFBA sobre mulheres negras

Para esta análise, utilizamos recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual se investigou a percepção da branquitude por discentes autodeclarados/as brancos/as da UFBA. Naquela ocasião, estudantes responderam a um questionário sobre questões raciais, tendo em vista nosso objetivo de investigar sua percepção dos privilégios decorrentes de seu pertencimento à raça branca. Para ampliar a discussão, aplicamos a outro grupo de estudantes o mesmo questionário, acrescido de duas questões que tratam especificamente da situação de mulheres negras no Brasil.

Neste trabalho, analisamos respostas dadas à décima questão desse novo questionário, qual seja: *Você acha que as mulheres de raças distintas recebem tratamento diferente pela sociedade em geral? Se sim, como? Poderia citar algum exemplo? (não precisa ser pessoal).*

Além deste segundo questionário, será considerado para esta análise também o grupo focal realizado em 10 de junho de 2019, com a participação de três⁶ estudantes – dos cursos Bacharelado Interdisciplinar e Letras – que se autodeclararam brancos ou brancas e que discutiram a temática das cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras; além da experiência da própria pesquisadora na universidade, tanto cotidiana (em sala de aula, por exemplo) quanto na participação como ouvinte em discussões sobre temáticas raciais no âmbito universitário.

Responderam ao segundo questionário 52 estudantes do curso noturno de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFBA, assim autodeclarados/as: 25 negros/as (48%);⁷ 16 brancos/as (31%); 10 pardos/as (19%) e um ‘humano’ por não se identificar com nenhuma raça (2%). O perfil de participantes da pesquisa é próximo ao perfil

⁶ Quatro estudantes se disponibilizaram a participar do grupo focal, mas uma delas não compareceu ao dia/horário marcados com antecedência.

⁷ Desprezamos os decimais.

da população baiana, que tem 76% de pessoas negras e pardas,⁸ e também próximo ao perfil da própria UFBA, que conta 75% de estudantes negros/as e pardos/as.⁹ Antes de entrarmos nas especificidades discursivas relativas aos tratamentos recebidos por mulheres conforme pertencimentos raciais, vejamos algumas observações em relação à percepção sobre os privilégios que a branquitude oferece.

Os/As 16 estudantes que se consideram brancos/as admitem a existência do racismo no Brasil, como sugerem suas respostas à questão 12: *Você acha que tem racismo no Brasil? Se sim, como ele se manifesta?* Por exemplo:

- a. Com certeza. Se manifesta na sociedade como um todo, até mesmo entre crianças. Logo, pessoas não brancas são sempre tratadas de modo diferente. (P31)¹⁰
- b. Sim. Ele se manifesta desde aquela “brincadeirinha” na rodinha de amigos desde os olhares e julgamentos. (P35)
- c. Existe um racismo maquiado e escondido pela sociedade, manifesta-se principalmente em comentários “indefesos” da mídia ou em conversas de amigos. (P38)

Nessas respostas, os ambientes vinculados a atitudes racistas são as interações face a face informais do mundo da vida, mas também os contextos midiáticos e, amplamente, “a sociedade como um todo”. Contudo, é vaga a caracterização do racismo, por exemplo não se explicita em que sentido “pessoas não brancas” são “tratadas de modo diferente”, nem por quem, em contrapartida ao reforço de “sempre”.

Há também respostas que revelam uma percepção mais aprofundada da questão, ao mencionar, por exemplo, as questões da desigualdade de acessos, da representatividade e da violência:

- d. Sim, na manutenção da desigualdade social, na representatividade social, na oferta de oportunidades de ascensão (*sic*) social, e no índice de violência e mortalidade. (P28)

⁸ PNAD/IBGE 2018.

⁹ V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES 2018 (ANDIFES).

¹⁰ Os/As participantes que responderam ao questionário serão identificados pela letra P seguida de número atribuído aleatoriamente, por exemplo, P31.

e. Sim, das mais diversas formas explícitas e não explícitas, devido às perseguições da PM sobre crianças e jovens negros, o índice de assassinato de pessoas negras, piadas racistas e demais vários outros exemplos. (P30)

Evidentemente não estamos tentando mensurar as consequências do racismo, todas elas perversas e desprovidas de lógica, decorrentes que são da ficção de superioridade da branquitude. No entanto, ressaltamos que nessas respostas de participantes (28 e 30) é possível observar uma reflexão mais profunda da questão pelo alcance de suas consequências, ou seja, uma percepção mais complexa sobre as consequências do racismo. No grupo focal também observamos uma perspectiva estrutural relativa à Lei de Cotas, vista como a possibilidade de *assegurar o direito* ou *o mínimo de dignidade* (PGF01)¹¹ depois de reconhecerem *uma defasagem do ensino público* (PGF02), ou seja, discutiu-se também a questão da desigualdade de acessos como consequência do racismo. De toda forma, note-se nessa compreensão a suposição ingênua do acesso à educação superior como garantia, por um lado, e de sua relação com posições de dignidade, por outro, o que acaba por reforçar subalternidades pressupostas.

No conjunto de respostas anteriores, além disso, percebe-se uma formulação sobre o racismo nas relações informais e de amizade, o que também tem nefastas consequências para a subjetividade e os acessos, como indicado por Fanon (2008), por exemplo. Um sentido relevante nas respostas daquele conjunto é o aspecto difuso do racismo cotidiano “na sociedade como um todo” e seu caráter opaco, “maquiado e escondido”, mas perceptível nos “olhares”. É importante ressaltar também que nenhum/a dos/as 52 participantes que responderam ao questionário negaram a existência de racismo no Brasil.

A afirmação ou negação do racismo não é um tema consensual, mesmo numa cidade como Salvador. Em uma aula da disciplina *Língua portuguesa como instrumento de comunicação*, no primeiro semestre de 2019, quando discutíamos a temática do artigo de opinião a ser produzido pelos/as estudantes, qual seja, as relações raciais no Brasil, uma aluna branca afirmou *mas aqui em Salvador não tem racismo, tem?*, provocando uma reação indignada em um grupo de alunos/as, negros/as e brancos/as. Essa foi a única afirmação

¹¹ Os/As estudantes que participaram do grupo focal serão identificados pelas letras PGF, seguidas de número aleatório, por exemplo, PGF01.

direta, durante toda a pesquisa, que em um período de cerca de um ano contestou explicitamente a existência do racismo, indicando uma percepção naturalizada das subalternidades e dos privilégios baseados em raça, além de uma reprodução de discursos poderosos, como aquele da miscigenação ou da democracia racial brasileira, como vimos anteriormente.

Ainda, nesse mesmo semestre, registrei em sala de aula uma referência à existência suposta do racismo reverso. Dessa vez, a disciplina era *Língua Portuguesa, Poder e Diversidade Cultural* e foi durante uma discussão sobre racismo que um aluno, também branco, afirmou que *racismo é contra qualquer raça*, também provocando uma reação calorosa e indignada nos/as colegas de turma. Essa fala revela a ausência de percepção da relação assimétrica de poder entre pessoas negras e brancas no Brasil, como pontuou Damaceno (2016). Uma pessoa negra, de fato, não pode praticar racismo reverso contra pessoas brancas, tendo-se em vista que nas relações raciais brasileiras está posto o poder estruturante da branquitude. Se o grupo social das pessoas negras nunca esteve numa situação de poder acima do grupo das brancas, como poderiam ser racistas? Ademais, o racismo diz respeito a uma questão estrutural de delimitação de estigma e privilégio, não a posições pessoais isoladas, como a retórica do racismo reverso pode dar a entender.

De todo modo, a simples percepção, quase generalizada, de que somos uma sociedade racista, não leva esses/as estudantes a, por exemplo, se interessar por discussões acerca de temas ligados ao racismo, assumindo ativamente uma postura antirracista. Isso foi percebido com frequência, no âmbito acadêmico, em congressos, conferências, rodas de conversa cuja temática era relativa a questões de negritude. Em geral, nesses eventos da UFBA, o público é majoritariamente negro. Surpreendentemente, até mesmo quando as falas foram proferidas por pessoas de destaque, como, por exemplo, Nilma Lino Gomes ou Conceição Evaristo. Fica-se com a impressão de que as pessoas brancas não estão interessadas em ouvir o que as pessoas negras têm a dizer sobre racismo, o que poderia indicar um desinteresse pela temática racial.

Tal desinteresse reforça a importância da fala de Angela Davis: *numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista*. Ser antirracista pressupõe interesse em conhecer a causa para que ações possam ser articuladas e disponibilizadas para

lutar contra o racismo cotidianamente. Ser antirracista, para uma pessoa branca num país racista, significa também uma necessária disposição para abrir mão de privilégios de raça.

No que se refere à percepção dos inúmeros privilégios usufruídos pela branquitude, as respostas à questão 7: *Você considera que há alguma facilidade/dificuldade na sua vida por causa da sua cor de pele? Quais?* apontam uma percepção de facilidade ou privilégio ligada principalmente ao fato de não serem vítimas de racismo:

- f. Há sim uma facilidade, uma vez que ela nunca me trouxe desconforto ou momentos de preconceito. (P34)
- g. Sim, por ser branco, não sofro preconceito racial. (P36)

Nesses casos, embora os bloqueios do racismo sejam percebidos e (implicitamente) identificados, os acessos que esse mesmo racismo favorece às pessoas brancas parecem ainda mais opacos, o que poderia ser um aspecto da aceitação dos discursos perversos da meritocracia. Mas há outras respostas mais atentas aos acessos como privilégios:

- h. Sim. Como uma pessoa branca na sociedade, facilidade em oportunidades de emprego e formas de tratamento. Mas como todos, dificuldades, e obstáculos para alcançar os objetivos desejados. (P33)
- i. Facilidade, sim. Infelizmente vivemos em um país racista, onde as pessoas costumam julgar a outra pela cor de pele. E sim já fui “privilegiada” por ser branca. (P35)

Observe-se, por exemplo, a resposta do/a participante 33 e o uso do operador argumentativo¹² *mas*, em “mas como todos dificuldades, e obstáculos para alcançar os objetivos desejados”. O uso do operador argumentativo *mas*, como se sabe, indica a inserção de um argumento mais forte na sequência do enunciado, e o conseqüente enfraquecimento do argumento anterior (“Como uma pessoa branca na sociedade, facilidade em oportunidades de emprego e formas de tratamento”). Dessa forma, a resposta nivela as dificuldades e obstáculos enfrentados por pessoas negras e brancas para alcançar seus objetivos, mitigando as diferenças raciais que estavam em foco.

¹² Os operadores argumentativos, de acordo com a semântica argumentativa (KOCH, 2006), têm como função orientar o interlocutor para determinada conclusão ou para a orientação discursiva do enunciado. Outros exemplos: ao menos, já, ainda, portanto, etc.

Já a resposta da participante 35 faz uso das aspas ao se referir aos privilégios devidos à branquitude. Um dos principais usos das aspas é mostrar discordância em relação ao sentido original da palavra citada. Pode-se inferir, então, que, na realidade, não haveria privilégios na branquitude? Ou que esses privilégios seriam pouco importantes? Uma vez que a palavra “privilégio” não foi usada na pergunta, se as aspas forem entendidas como retomada de outra voz, que voz seria? Que enunciador geral estaria sendo retomado, e com que sentidos os “privilégios” estariam sendo postos em questão? Sentidos de negação; de comparação ao discurso meritocrático? Não temos resposta.

No grupo focal, quando a pesquisadora propôs uma pergunta direta sobre a justiça da Lei de Cotas, o primeiro aspecto abordado pelos/as participantes foi a questão da aferição: *“você tem que comprovar o motivo de você ter cotas, você tem que comprovar que você é negro”* (PGF01), ressaltando, dessa forma, os problemas iniciais da Lei, suas *muitas brechas* (PGF03). Dito de outra forma, o foco inicial das respostas foi no problema da Lei e não no fato de ela ser, de fato, justa e necessária. Participantes do grupo interpretaram *justiça* na perspectiva da justa aplicação da Lei, e não na da justiça que a Lei promove por meio da ação afirmativa, contra prejuízos históricos. Isso foi uma virada na interlocução, levando o debate por um caminho diferente do esperado com aquela pergunta.

Uma resposta direta só ocorreu cerca de cinco minutos após a pergunta específica e, mesmo assim, a partir de um novo estímulo da pesquisadora, quando um participante afirmou *que a Lei de Cotas é justa é, mas eu também concordo com ela [PGF01] que tem que saber como* (PGF02). Essa afirmação sobre a justiça da Lei também veio seguida do operador argumentativo *mas*, indicando que o foco desse enunciado também está na *brecha* da Lei.

No grupo focal surgiu também a temática do colorismo, evidenciando uma percepção sobre a distinção dos tons de pele como aspecto a ser considerado para ingresso nas universidades públicas por meio de cotas: *eu acho que há uma diferença grande entre os negros retintos e não retintos* (PGF02) e *eu acho que os negros retintos deveriam ser mais contemplados do que os outros* (PGF02). De acordo com Almeida (2019), o que une as pessoas negras é o racismo, independentemente da tonalidade de sua pele, que, uma vez identificada como negra, torna uma pessoa potencialmente vítima de racismo. Sendo assim, há que se falar em colorismo no âmbito das discussões sobre cotas raciais? Seria possível

mensurar o racismo sofrido por pessoas *mais ou menos* negras? E se é fato que se trata de uma correção histórica (SOUSA SANTOS, 2009), faz sentido considerar uma escala de negritude?

Além disso, observamos também um eco do que Fanon (2008) identificou como efeitos negativos do racismo tanto para as pessoas negras quanto para as brancas. Nas palavras do autor, um comportamento de *orientação neurótica*, em relação ao sentimento de inferioridade no caso das pessoas negras e em relação ao sentimento de superioridade no caso das brancas. Tal sofrimento foi mencionado no grupo focal: *porque eu acho que há um sofrimento geral, né? tanto para brancos quanto para os negros, acho que há uma tensão ali* (PGF02). Por um lado, essa fala identifica o mal-estar que o racismo estrutural impõe à sociedade, a todas as racialidades que compõem esse tecido racista. Por outro lado, há que se considerar que este mal-estar está, no Brasil, bastante apaziguado, e a tensão gerada não tem sido suficiente para expor o cerne do conflito. É graças a essa tensão amortecida que o racismo estrutural tem seguido operante por séculos, sem uma mudança radical. Aí também ecoa a voz de Fanon e seu clamor pelo conflito aberto, única tensão capaz de gerar mudanças sociais desestruturantes.

Vamos agora nos concentrar nas respostas específicas à questão 10, qual seja, *Você acha que as mulheres de raças distintas recebem tratamento diferente pela sociedade em geral? Se sim, como? Poderia citar algum exemplo? (não precisa ser pessoal)*. Nosso objetivo é investigar como estudantes que se autodeclaram brancos/as identificam mulheres negras e seu enfrentamento rotineiro ao racismo genderizado.

Nas respostas, encontramos 20 referências a essa identificação, e o processo mais recorrente nos textos em relação a essa temática específica foi o processo relacional atributivo¹³, por meio do qual se atribuem características aos membros de determinada categoria. Dessa forma, é possível observar como os textos repercutem imagens dessa categoria “mulher negra”, ainda que em todas as ocorrências avaliem de modo negativo essa imagem construída, ou utilizem estratégias de distanciamento.

¹³ Os processos são categorias semânticas que materializam discursivamente nossa experiência no mundo, tal como propõe a Gramática Sistêmico-Funcional (FUZER; CABRAL, 2014). Os processos são grupos verbais: materiais, mentais, relacionais, existenciais, verbais e comportamentais.

Entre as características atribuídas a mulheres negras, a mais recorrente foi aquela relativa a sua objetificação. Vejamos alguns exemplos:

- j. Mulheres negras são sempre hipersexualizadas por terem “a cor do pecado” (P29)
- k. [Vejo] mulheres negras sendo menosprezadas, objetificadas, distinguidas do todo (P32)
- l. [pois] mulheres negras com seu tipo físico sempre foi sexualizado (*sic*) pela mídia (P38)
- m. Mulheres negras são vistas infelizmente como objetos, que são usadas e deixadas de lado (P39)

Nos trechos destacados, o item “mulheres negras” ocupa a posição de *portador*¹⁴ nessas orações, e os atributos relacionados são negativos (“sempre hipersexualizadas”, “menosprezadas, objetificadas, distinguidas do todo”, “sexualizado” e “usadas e deixadas de lado”). A atribuição dessas características é avaliada negativamente, uma vez que não são atributos afirmados como próprios na identificação, mas identificados como generalizações sociais das quais as respostas tentam se distanciar. São percepções de como mulheres negras seriam, via de regra, percebidas, “hiperssexualizadas”, “objetificadas”, ainda que, por meio desse discurso, não seja possível identificar quem especificamente constrói essa imagem para mulheres negras, o que é sugerido pelas expressões linguísticas *sempre, por terem, com* [seu tipo físico], *todo*. Pode-se dizer ainda que o uso de expressões como *sempre* e do presente continuado *vejo ... como* eternaliza e naturaliza a situação, ou seja, as mulheres negras são vistas dessa forma e isso está apaziguado em nossa sociedade.

Apenas duas ocorrências não excluem o ator social que, nessa representação, constrói a imagem reportada para mulheres negras (aqui exemplificado por “tipo físico sempre foi sexualizado pela mídia”). Mas em todas as demais ocorrências, não é possível identificar quem “hiperssexualiza” mulheres negras, quem as considera “da cor do pecado”, quem as “menospreza e objetiva”, quem as vê “como objeto”, quem as “usa e deixa de lado”. Mais que isso, “usar e deixar de lado” significa exatamente o quê? E por que não se vê necessidade em deixar esse sentido mais explícito? Parece que se tomam certos pressupostos como

¹⁴ Na estrutura da oração relacional atributiva, o portador é a entidade à qual é atribuída uma característica (FUZER; CABRAL, 2014).

compartilhados pela audiência (a pesquisadora, neste caso), que é considerada capaz de preencher essas lacunas significativas com os sentidos culturais atribuídos, com as histórias tantas vezes repetidas na literatura, na televisão, nas experiências cotidianas. Isso explica o muito que pode simplesmente não ter sido dito.

O apagamento do ator da opressão, então, torna-se apenas um apagamento entre tantos sentidos de tocaia, podendo sugerir a influência do patriarcado sobre o discurso da branquitude, uma espécie de proteção ao grupo que objetifica e hipersexualiza, uma espécie de compartilhamento dos contextos apenas evocados, reflexo consciente ou inconsciente do caráter difuso do patriarcado-colonialidade sobre todas as experiências.

O uso de adjetivos deverbais também contribui para a ocultação de sentidos e de atores sociais. *Hipersexualizadas, menosprezadas, objetificadas, distinguidas, sexualizado, usadas e deixadas de lado* se referem a ações das quais conhecemos as metas, mas não os atores, pois tais ações não se ligam a agentes explícitos.

No que se refere a *recursos linguísticos de interpersoalidade* nesses breves exemplos, destacamos o uso do adjunto modal *sempre*, que indica a usualidade ou recorrência com que mulheres negras são identificadas como corpo erotizado, e o uso do adjunto de comentário *infelizmente*, que explicita ponto de vista em relação ao que está sendo enunciado, nesse caso, uma avaliação negativa à constatação de que *mulheres negras são vistas como objeto*.

Apesar dos elementos interpessoais de distanciamento, a circunstância *com seu tipo físico*, semelhante ao que se realiza em *por terem “a cor do pecado”*, amplia o significado da oração ao apresentar uma causa para a sexualização de mulheres negras. Estaríamos diante de uma justificativa para a violência contra mulheres negras? Similar à criminalização social de pessoas negras como forma de justificativa para o encarceramento em massa (BORGES, 2018)?

Os/As estudantes se referiram também à questão da autoestima das mulheres negras:

n. [Sim, existe uma maior representatividade feminina de mulheres brancas] o que acaba por violentar a auto-estima (*sic*) de mulheres negras (P28)

o. [Sim, o padrão de beleza ainda é centralizado na mulher branca,] gerando assim em muitas mulheres negras baixa autoestima (P34)

Os exemplos acima ressaltaram a importante questão da autoestima de mulheres negras em relação ao padrão de beleza focado em características de branquitude. É relevante atentar para o uso do processo comportamental *violentar*, que também constitui uma avaliação negativa do enunciador em relação à ação enunciada, qual seja, a agressão à *autoestima de mulheres negras*. O uso do processo material *gerando* também merece atenção, já que sua extensão *baixa autoestima* demonstra o alcance dessa ação em relação a mulheres negras, que sintomaticamente nesta oração tem espaço na circunstância, ou seja, em sua periferia (*em muitas mulheres negras*). Nesses dois exemplos também não é possível identificar quem especificamente pratica a ação violenta.

Considerações finais

Nossa análise sugere que a percepção do privilégio branco, mesmo quando chega a ser afirmada, ainda é permeada de ideias que podem fundamentar práticas e/ou discursos racistas, por exemplo, ao se apontar primeiro a lacuna e não a necessidade e urgência da Lei de Cotas, ou ao se perceber como privilégio de branquitude apenas não ser vítima de racismo, como vimos nos exemplos apresentados. Isso pode apontar para a ausência de reflexividade por parte de pessoas brancas acerca de seu privilégio, diante da naturalização do racismo.

Além disso, observamos como a representação de mulheres negras ainda é calcada em estereótipos socialmente construídos numa sociedade fortemente racista como a nossa. Tal representação pode ser responsável pela alegada baixa autoestima de mulheres negras, ainda que atualmente a maior visibilidade negra procure atuar no sentido contrário, e com bastante êxito, aliás. Essa maior visibilidade também provoca reações violentas pela manutenção dos privilégios de branquitude, especialmente por parte de pessoas brancas que ainda não são capazes de perceber a série de privilégios que usufruem e que são provenientes de seu pertencimento racial. Tal reação violenta ilustra a orientação neurótica do branco em sua suposta superioridade (FANON, 2008), além de reforçar a afirmação de Biko (1990), para quem o racismo é um problema branco, não negro.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- ALMEIDA, S. Fala proferida durante o curso Racismo estrutural e estado de direito promovido pelo Instituto Luiz Gama em Salvador, 10/08/2019.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 31(1), 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077> Acesso em: 27 nov. 2019.
- BIKO, S. *Escrevo o que eu quero*. Tradução Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática, 1990.
- BORGES, J. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv*, Manizales, 8(1), 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 abr. 2019.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DAMACENO, J. Por que você deve parar de afirmar que o racismo reverso existe? Entrevista a Michelli Oliveira e Nathália Costa. *Geledés*, São Paulo, 03 fev. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-voce-deve-parar-de-afirmar-que-o-racismo-reverso-existe/> Acesso 01 jul. 2019.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London; New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Routledge: London, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução coordenada por Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. A Dialectical-Relational Approach to Critical Discourse analysis. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Edited by) *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC: SAGE, 2009. p.162-186.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

- FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.307-338.
- FUZER, C; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GIACOMINI, S. M. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HALL, S. Raça, o significante flutuante. Tradução Liv Sovik em colaboração com Katia Santos. *Z Cultural*. Rio de Janeiro, 2, 2015, p.1-6.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LORDE, A. *Sister outsider: essays and speeches*. Berkeley: Crossing Press, 2007.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá, 9, julio-diciembre, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero09/colonialidad-y-genero/> Acesso em 20 abr. 2019.
- MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with Discourse: Meaning beyond the Clause*. London, New York: Continuum, 2003.
- PIZA, E. *Adolescência e racismo: uma breve reflexão*. *Anais do 1 Simpósio Internacional do Adolescente*, 2005, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn Acesso em 02 nov. 2018.
- PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.59-90.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (orgs.) *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p.73-117.
- RESENDE, V. de M. Decolonizing critical discourse studies: for a Latin American perspective. *Critical Discourse Studies*, 2018.
- RIBEIRO, D. “Vai trepar muito no quartinho”: Paes e a desumanização da mulher negra. *Carta Capital*, 2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-trepar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra> Acesso em 16 set. 2019.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. Tese. (Doutorado em Psicologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 26(1), 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso Acesso em 23 mai. 2018.

SOUSA SANTOS, B. Justiça social e justiça histórica. Tendências e Debates. *Folha de S. Paulo*, 26 ago 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2608200909.htm> Acesso em 3 mai. 2020.

VAN DIJK, T A. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Society and Discourse*. How social contexts influence text and talk. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and Practice*. New Tools for Critical Discourse Analysis. Oxford: University Press, 2008 [1996].

Declaração de autoria e responsabilidade pelo conteúdo publicado

Declaramos que as autoras tiveram acesso ao *corpus* de pesquisa, participaram ativamente da discussão dos resultados e revisaram e aprovaram a versão final do artigo.

Recebido em 25/03/2020

Aprovado em 06/09/2020